

O GLOBO

10 OUT 1986

Planalto se arma para ter suas teses defendidas na Constituinte

HELENA DALTRO

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto começa a trabalhar junto aos prováveis vencedores das eleições de novembro para a Câmara e o Senado, com o objetivo de defender suas principais propostas na Constituinte. O Subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves, montou um cronograma de reuniões com assessores parlamentares dos Ministérios e começou uma ampla pesquisa sobre o quadro eleitoral nos Estados para, desde já, arregimentar adesões ao Governo.

A ação conjunta do Planalto e assessorias dos Ministérios, segundo Hargreaves, é para preparar o contato político e de lobby do Governo com os futuros constituintes. Acredita-se, no Palácio do Planalto, que a renovação no Senado e na Câmara será de 60 a 70 por cento.

— Nossa tarefa vai ser dobrada e achamos que é necessário trabalhar com um quadro bem montado dos prováveis vencedores, pois de nada adianta vender propostas progressistas se o novo Congresso vai ser conservador, e vice-versa — disse Hargreaves.

As principais propostas, já formuladas pelo Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, são: uma Constituição curta; período de um ano de vigência para a Constituinte;

manutenção do regime presidencialista que contemplo a "equipotência de poderes", fortalecendo o Legislativo e o Judiciário; criação de um Estado liberal moderno com maior participação social; elaboração de um texto moderno e flexível para que seja duradouro; e uma nova atribuição para o Supremo Tribunal Federal (STF), a de propor, de forma permanente, a complementação da nova Constituição mediante lei ordinária.

— O Governo quer desesperadamente um texto curto e enxuto, uma espécie de carta de princípios, contendo apenas o essencial e deixando os pormenores para regulamentação em lei complementar — disse o assessor do Gabinete Civil Roberto Parreira. A nova Constituição, completou, deve conter apenas a estruturação do Estado, o regime político, a repartição espacial dos Estados e Municípios, princípios gerais da ordem econômica, política e social e direitos e garantias individuais. Na mesma linha de pensamento, um assessor do Presidente Sarney disse que a nova Constituição não pode ser "uma colcha de retalhos", observando que os detalhes "complicam" a prática e o cumprimento das leis.

Teses como manutenção do papel das Forças Armadas (de proteger a segurança interna e externa) e permissão de escuta telefônica em casos de sequestro, espionagem, terroris-

mo, tráfico de entorpecentes e extorsão também são defendidas pelo Palácio do Planalto e devem ganhar adesão da maioria dos novos parlamentares, prevê Hargreaves.

O Ministro Marco Maciel será o principal negociador "de ponta" das propostas do Governo na Constituinte, mas o Presidente Sarney, segundo afirmou um assessor direto do Palácio do Planalto, fará com o Ministro "uma espécie de dobradinha política" e agirá intensamente nas negociações com os constituintes. A dupla Maciel-Sarney trabalhará articulada nos contatos pessoais, formais ou informais, e nos telefonemas aos parlamentares.

Além disso, há os assessores do apoio do Palácio do Planalto e dos Ministérios, que farão o trabalho de bastidores, detectando propostas e articulações políticas dos parlamentares para a Constituinte, desmanchando sequelas políticas das eleições que dificultem a negociação entre as novas bancadas e informando permanentemente o Presidente sobre o andamento das negociações.

As negociações, afirmam assessores do Presidente Sarney, vão ser intensas e pormenorizadas. As forças políticas que compõem a Aliança Democrática — PMDB e PFL — vão obter dois-terços do Congresso, mas isso não significa a adesão passiva e silenciosa para todas as propostas do Governo, disse Hargreaves.